

Grupos, Redes e Coletivos: Um contributo para entender a teoria de Anderson e Dron

ANTONIETA ROCHAⁱ

Laboratório de Educação a Distância e Elearning, Universidade Aberta, Portugal
antonietarocha@sapo.pt

ALDA PEREIRAⁱⁱ

Laboratório de Educação a Distância e Elearning, Universidade Aberta, Portugal
amp@uab.pt

Resumo

Propomo-nos refletir neste artigo acerca da Taxonomia dos Muitos defendida por Anderson e Dron. Considerando que Grupos, Redes, Coletivos, Comunidades Virtuais de Aprendizagem e Comunidades Virtuais de Prática povoam a Rede global, importa refletir acerca da caracterização apresentada pelos autores para estas novas estruturas organizacionais. De entre os diferentes autores isolámos Terry Anderson e Jon Dron que nos parecem apresentar – na sua Taxonomia dos Muitos – uma mais completa caracterização das granularidades agora existentes. Procuramos, pois, apresentar e discutir estas granularidades como novas formas de organização.

Palavras-chave: Grupo; Rede; Coletivo.

1. INTRODUÇÃO

Estamos atualmente perante um novo ambiente virtual em que emergem novas realidades. Referimo-nos à Sociedade em Rede (Castells, 2011) em que a Web 2.0 aliada ao desenvolvimento tecnológico propiciam e desencadeiam uma partilha e (des)construção do conhecimento através da Rede. Cumulativamente a aprendizagem, para além da tríade – formal, não formal e informal – face à aludida nova realidade emerge enquanto aprendizagem em rede.

Muito ancorada nos pressupostos conectivistas (Siemens, 2004; Downes, 2006), irrompem novas formas de organização social na Rede e que ultrapassam as meras questões tecnológicas. Conscientes que estas novas formas carecem de um entendimento maior e estudo mais aprofundado propomo-nos, ao longo deste artigo, esboçar um olhar crítico e algo pormenorizado sobre as mesmas.

São vários os autores que se dedicaram a esta reflexão procurando um entendimento em busca da caracterização de uma realidade que é, ainda presentemente, nova. Perseguindo esse entendimento e de entre vários parece-nos ser a posição de Anderson e Dron a mais completa já que propõem para toda a complexidade de estruturas existentes na Rede, 3 granularidades – o Grupo, a Rede e o Coletivo.

Assim e tentando um maior e melhor entendimento, procuramos, neste trabalho, apresentar um olhar fino sobre as aludidas três granularidades, ou seja sobre três formas de organização na rede, que definem possíveis tipos de estruturas na Web.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir dos finais do século XX, assistimos ao aparecimento de novas formas de organização social sendo evidente o crescimento das formas de comunicação eletrônica. De um modo globalizado avizinha-se provavelmente uma ordem pós-moderna, ainda de contornos indefinidos (Giddens, 2005). Estamos num momento de transição e de emergência de um novo tipo de sociedade – de consumo, globalizada – em que a eminência de alguns fenómenos, nomeadamente (a) a sociedade em rede (Castells, 2000; 2004); (b) a Web 2.0 (Aghaei, Nematbakhsh e Farsani, 2012; Boulos e Wheelert, 2007; Hayes, 2007; O'Reilly, 2005; O'Reilly e Battelle, 2009) e (c) novas formas de trabalho e comunicação parecem desencadear uma descontinuidade e rompimento com a ordem anteriormente instituída.

A coordenação em tempo real das inteligências (Lévy, 1994, p. 39) remete para o papel e importância da comunicação na atualidade que os novos desenvolvimentos da Internet, mais especificamente da Web 2.0, potenciam. Os indivíduos consciencializam-se do seu papel, pois encontram nos diversos pilares da sociedade uma forma de comunicar mais eficaz e eficiente, apelando ao mesmo tempo a um maior incremento da sua aludida consciencialização. Quer através da disseminação e discussão das suas ideias, quer tendo em vista a aprendizagem que poderá, até, passar

do foro individual para o coletivo (com particular ênfase para o profissional), pois “as formas das ligações que articulam e estabilizam a “realidade” estão a mudar, e nisso as tecnologias digitais desempenham um papel essencial, que virá previsivelmente a aumentar” (Miranda, 2005, p. 58).

Consequentemente, não podemos desviar a nossa atenção da tecnologia, porquanto elemento fulcral na evolução da sociedade atual, já que “estamos num mundo novo e temos necessidade de um novo entendimento” (Castells, 2007a, p. XXIV). Assim, neste contexto, a Web 2.0 veio também contribuir para uma mudança que se presente radical, revolucionando o papel do utilizador na própria (des)construção do seu próprio conhecimento, pelo que, e nas palavras de Downes, a Web 2.0 “is not a technological revolution, it is a social revolution” (Downes, 2005a).

Estamos perante um ambiente aberto, com ligações em rede por parte de cada indivíduo, com acesso livre às potencialidades oferecidas, nomeadamente, pela Web 2.0. Como tal, assistimos presentemente a um novo repto colocado a qualquer indivíduo. Sendo certo o avanço da própria sociedade, do ambiente tecnológico e social, novos desafios e responsabilidades foram lançados; espera-se que cada pessoa, individual ou coletivamente, se assuma como responsável pela sua aprendizagem e percurso ao longo da vida.

Face a esta nova realidade e tendo em conta os pressupostos supra, aliados ao impulso dado pelo desenvolvimento tecnológico, a informação e o conhecimento encontram-se disponíveis e mais próximos de qualquer pessoa que a eles queira aceder – conforme Siemens (2004) e Downes (2007) – na rede.

Surge assim, e enquanto alternativa às três grandes teorias de aprendizagem até então existentes – o behaviorismo, o cognitivismo e o construtivismo – uma nova teoria: o conectivismo. Apresentando o indivíduo como ponto de partida - enquanto um dos primados -, o conectivismo (Siemens, 2004) concebe a aprendizagem como conexões entre entidades nas redes.

Ainda que, conforme defendido por Downes (2006) o conhecimento esteja “distributed across a network of people” e complementarmente ao referido por Siemens (2004), “The capacity to form connections between sources of information, and thereby create useful information patterns, is required to learn in our knowledge economy”, assiste-se ao surgimento de novas formas de organização social, que ultrapassam as meras questões tecnológicas.

Irrompem, como tal, em ambientes virtuais, novas estruturas organizadas assumidas enquanto “Formas de Organização” (Wenger e Trayner, 2011a), “Granularidades” (Anderson e Dron, 2007) e “Grupos e Redes” (Downes, 2007). Serão estas formas ou estruturas – os Muitos “More” (Anderson e Dron, 2007) – em oposição ao indivíduo que irão permitir o benefício para cada elemento a elas pertencente.

Aludindo a estas granularidades, cada um dos autores assume diferentes estruturas: (a) Grupo e Rede (Downes, 2007); (b) Grupo, Rede e Coletivo (Anderson e Dron, 2007); (c) Equipa, Rede e Comunidade (Wenger e Trayner, 2011a).

Assim, e ainda que reunindo pressupostos e finalidades comuns (a proliferação da aprendizagem e conhecimento), é possível isolar em cada uma dessas estruturas características particulares face aos objetivos dos atores que nelas participam, ainda que de forma passiva, isto é, que a elas pertencem.

Dadas as particularidades que cada uma destas formas de organização encerra justifica-se um olhar particular por cada uma, evidenciando os seus traços comuns bem como as diferenças que fazem de cada uma, uma granularidade particular ou uma estrutura específica.






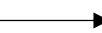

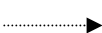
Também o facto de Anderson e Dron defenderem três estruturas – o Grupo, a Rede e o Coletivo – este último não isento de críticas e polémicas, justifica o nosso olhar particular.

3. AS NOVAS ESTRUTURAS

De entre os autores que se dedicaram ao estudo destas granularidades iremos centrar a nossa atenção em dois autores - Terry Anderson e Jon Dron - tendo como base o artigo *Groups, Networks and Collectives in Social Software for E-learning* (2007). Para uma melhor explicitação acerca de cada forma optámos por uma representação gráfica da nossa responsabilidade e que se propõe tentar clarificar o entendimento de cada autor.

Na tentativa de uniformização e padronização das representações gráficas, optámos por uma esquematização gráfica e que carece de explicitação para uma mais eficaz leitura e entendimento (Tabela 1).

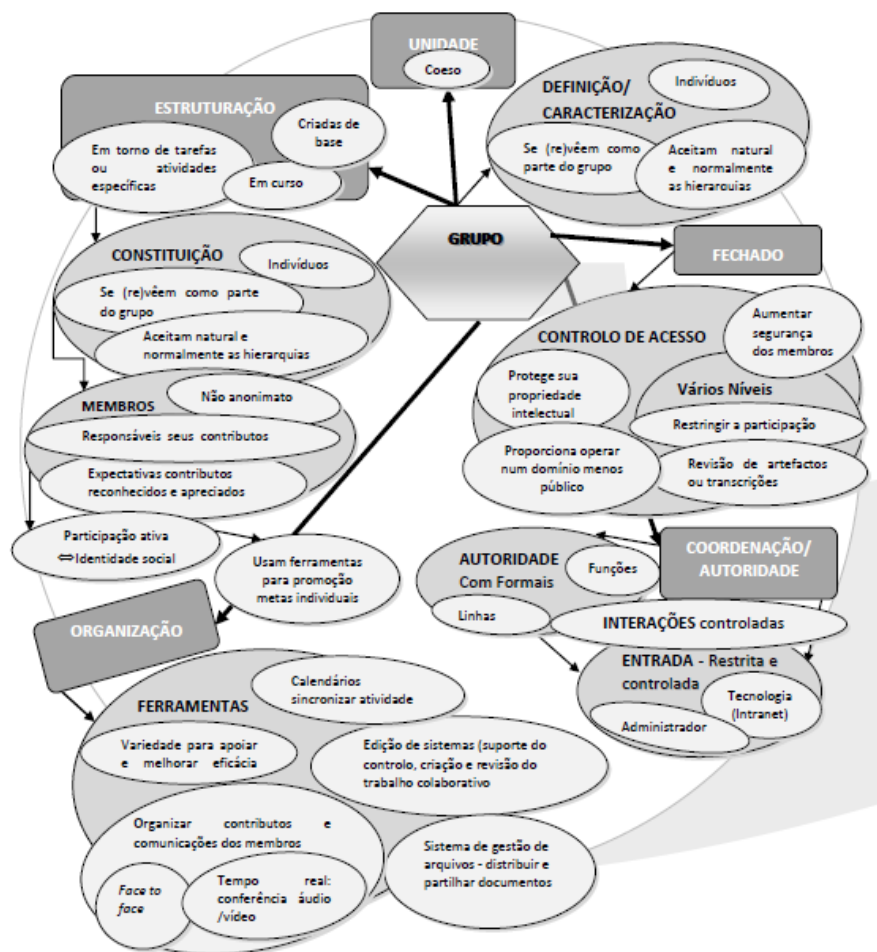
TABELA I - Legenda das estruturas

Símbolo	Explicitação
	Nome da estrutura
	Traço distintivo e principal de cada estrutura e que, sempre que possível, permite aproximar – através das características semelhantes – o pensamento dos diferentes autores
	Sub-categoria, decorrente e (in)diretamente dependente dos grandes traços distintivos – características fundamentais – ou dependente da própria estrutura
	Explicitação de cada traço distintivo e/ou sub-categoria
	Ligação do nome da estrutura a cada traço distintivo principal
	Ligação da própria estrutura ou de traço distintivo a sub-categorias
	Inter-relação entre sub-categorias
	Ligação indireta e subtil entre traços fundamentais e/ou sub-categorias

3.1. O Grupo

Começamos a análise da estrutura Grupo de acordo com os aludidos autores e coadjuvada com a representação gráfica, da nossa responsabilidade, e que consideramos facilitadora da compreensão, dada a complexidade desta granularidade (Figura 1).

FIGURA 1 - O Grupo segundo Terry Anderson e Jon Dron



Conforme Anderson e Dron (2007), o Grupo é constituído por indivíduos que nele se (re)vêm, assumindo-se – como tal – enquanto parte integrante do mesmo.

Uma das grandes características que consideramos poder ser assumida enquanto traço distintivo principal do Grupo reside no facto de o Grupo ser Fechado, caracterizado nas palavras dos autores em análise como “coeso”, o que lhe confere Unidade.

Decorrente da “não abertura” e assumindo os autores que os membros assumem natural e normalmente as hierarquias, o controlo – de acesso ou mesmo vários níveis desse controlo – ao invés de poder constituir uma ameaça, é encarado pelos membros enquanto segurança, já que os membros do Grupo pautam-se pela atuação num domínio mais restrito. Assim, o aludido controlo de acesso inibe o surgimento das deliberações na Rede global. Como tal, ao restringir-se a participação - que impede a entrada de “não-membros” – confere-se a cada um maior confiança para a partilha e desejada revisão de artefactos ou transcrições; ou seja, aumenta a credibilidade de todas as atividades no Grupo desenvolvidas, aspiração de qualquer membro, como veremos seguidamente, mas sempre dentro das fronteiras e em conjunto apenas com os outros membros, já conhecidos e assumidos por cada um.

Esta necessidade e segurança propiciadas pelos mencionados controlos de acesso remetem assim para outro traço distintivo – a Coordenação/Autoridade. Não só as entradas de novos membros são reguladas e restritas a partir do controlo quer humano (pelo administrador) quer tecnológico, como as próprias interações também são controladas e reguladas. A autoridade, assumida enquanto indicador de sucesso e eficaz funcionamento desta estrutura, é exercida a partir de formais linhas de autoridade e funções também formais.

Aliado ao facto da coesão do Grupo, esta autoridade consubstanciada pelas aludidas linhas e funções formais, permite encontrar exemplos concretos no presidente – no contexto organizacional – e no professor

perante um determinado grupo de alunos matriculados – no contexto educativo.

Também esta autoridade aliada a uma coordenação vertical remete-nos para uma forma estruturada – traço distintivo – que importa analisar detalhadamente.

Esta granularidade é criada face a tarefas ou atividades específicas – quer as mesmas estejam ainda na sua fase inicial (e assim o Grupo é criado especialmente para essa tarefa) ou para atividades/tarefas já em curso. De facto, dada toda a caracterização dos autores, esta forma de organização social coaduna-se com tarefas concretas e até, podemos inferir, face a um número de elementos – membros – não demasiado grande.

Perante estas especificidades, estes membros, em detrimento do anonimato ou mesmo a utilização de “*nicks*” – realidade encontrada noutras granularidades – preferem e fazem questão de saber o nome de cada um. Este não anonimato conjuga-se com a expectativa de reconhecimento, por parte de cada um, dos seus contributos e que desejam ver reconhecidos. De facto, não podemos esquecer estar em presença de uma forma fechada e que nos remete – no campo educacional - para uma classe/turma quer a mesma seja presencial ou mesmo em *e-learning*. Defendem os autores que essa mesma gratificação, enquanto recompensa do trabalho realizado prende-se, em parte, com o desempenho e também com o estádio em que o próprio Grupo se encontra. Permitimo-nos refletir e até discordar dos autores pois defendemos que independentemente do estádio em que o Grupo se encontra, o reconhecimento será sempre o motor de motivação em prol de uma eficácia e eficiência do próprio Grupo. No entanto, concordamos que nos estádios iniciais, essa motivação e reconhecimento seja mais desejada e até mais efetiva. Não é incomum que a partir do momento em que todos os membros se conhecem e reconhecem o valor do outro, esse mesmo reconhecimento vá diminuindo o que, a nosso ver, poderia ser uma prática a evitar.

É desejável e expectável que a confiança seja uma constante dentro do Grupo. Como tal, e para que a mesma ocorra e prolifere, será

imprescindível uma participação ativa de todos os membros, o que, em conjunto, permite criar a identidade social do Grupo.

Em termos organizativos, dado que o Grupo surge num contexto virtual e tal como já referido, perseguindo o sucesso individual que irá ser o sucesso de todo o Grupo, os respetivos membros adotam uma variedade de ferramentas a fim de facilitar a eficácia das atividades. Estamos a referir-nos, a título de exemplo, a calendários para sincronizar atividades; sistemas de gestão de base de dados e arquivos para distribuição e partilha de documentos e ferramentas de edição e revisão que propiciam trabalho colaborativo. Acresce ainda salientar que estes membros sentem, não raro, a necessidade de se encontrarem *face-to-face*, ainda que a distância, pelo que optam pelas ferramentas propiciadoras de conferências áudio e vídeo. Assim, a assincronia não é exclusivamente a forma de funcionamento destes Grupos que acolhem também ferramentas para organização dos contributos e comunicações dos seus membros.

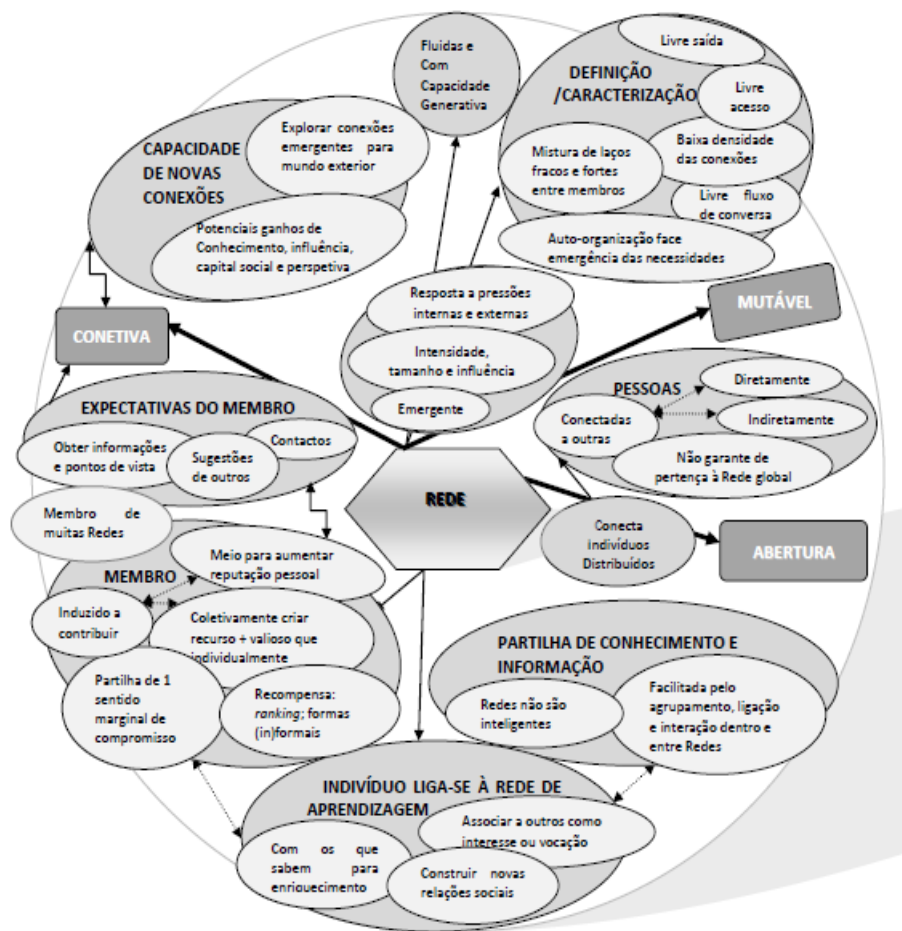
Será assim, e em nosso entender, o Grupo uma forma organizativa fechada, tradicionalmente hierarquizada e em que cada membro assume uma postura de aceitação, considerando como natural a regulação de normas em prol de uma segurança que cada um parece apreciar e necessitar para aí funcionar.

Se detivermos o nosso olhar sobre a aprendizagem será fácil associarmos esta granularidade a uma turma – exemplo clássico de um grupo de alunos em aula ou classe – presencial mas que poderá também estender-se ao *e-learning*, se nos focalizarmos nas atividades educativas, onde a aprendizagem que aí ocorre será fundamentalmente, se não exclusivamente, a formal; porém, será também facilmente detetável a estrutura do Grupo dentro de outras organizações – caso comum para resolução de uma tarefa específica.

Todavia, não é esperado destes membros uma iniciativa pessoal e espontânea em busca da sua própria aprendizagem, que ocorreria nesse caso de forma informal.

Como tal e conjugado com o aparecimento de *software* social educacional, emerge o ambiente facilitador com novas ferramentas e técnicas e que permite a educadores e educandos expandir o contexto da aprendizagem *online* para outra granularidade dos Muitos – a Rede.

FIGURA 2. A Rede segundo Terry Anderson e Jon Dron



3.2.A Rede

Continuemos assim perseguindo o pensar dos autores analisando em particular outra granularidade – a Rede – também consubstanciada com a representação gráfica da nossa responsabilidade a fim de melhor clarificação (Figura 2).

Contrariamente ao Grupo, a Rede conectando indivíduos distribuídos é Aberta, sem forma fixa e previamente concebida mas antes emergente, de tal modo que se transforma e adapta a sua intensidade, tamanho e influência face a pressões internas e externas. Assim, a Rede é Mutável e com capacidade generativa, o que nos permite concluir pela sua auto-organização face à emergência das necessidades.

As pessoas que a povoam estão conectadas a outras pessoas, tanto direta como indiretamente; no entanto, este aspeto não permite concluir nem assegurar que todos os membros sejam ou se considerem pertença dessa rede. Na verdade, este é um aspeto grandemente diferenciador face ao Grupo. Enquanto neste todos os membros se consideram pertença da estrutura, na Rede e porque os membros vão a ela buscar o que procuram, podem não se considerar parte integrante, mas antes a utilizam em seu proveito, num momento particular, para colmatar e responder às suas necessidades, tentando nela encontrar informações, pontos de vista, contactos e sugestões de outros fora dos Grupos a que pertencem.

Como tal, e gizando uma definição/caracterização, a Rede apresenta uma mistura de laços fracos e fortes entre os membros, sendo a maioria de baixa densidade. O livre fluxo de conversa mantida entre os membros bem como o livre acesso e, portanto, a livre saída da Rede, surgem enquanto marcos distintivos e opostos à estrutura altamente cerrada e hierarquizada do Grupo.

Esta estrutura organizativa – a Rede - pode ser facilmente reconhecida tanto nos *blogs* que proliferam na rede – quer os mesmos se concentrem no contexto educativo ou meramente social – ou mesmo nas redes sociais que

emergem facilmente graças às ferramentas da Web 2.0 – estamos a referir-nos, por exemplo, ao *MySpace*, *Linkedin* e *Facebook*, entre outros.

Porém, e ainda que em presença destas características agora explanadas, a Rede surge enquanto Conetiva – já que se configura com grande capacidade para ligar membros de muitas redes. Estes procuram e estão na Rede a fim de nela encontrarem as respostas às suas questões particulares e não tanto para colaborar em prol da construção de um conhecimento coletivo. No entanto, este membro é também e ainda assim induzido a colaborar, contribuindo com os seus conhecimentos e experiências a fim de coletivamente ser possível a criação de recursos mais valiosos do que aqueles que cada indivíduo constrói individualmente.

Um pouco paradoxalmente este membro ainda – e mesmo assim - busca uma recompensa que se poderá materializar no *ranking* tanto da Rede como do seu contributo. Não será difícil pensarmos nos inúmeros *blogs* que proliferam e em que cada membro, se não de forma explícita – pelo menos de forma tácita – busca e persegue o reconhecimento do seu nome a partir dos contributos que para ele faz. Como tal, e ainda que a pertença a uma determinada Rede se configure como um meio para aumentar a reputação pessoal, existe uma partilha mas apenas de um sentido marginal de compromisso. Se atentarmos em outras formas de organização existentes – e estamos a referir-nos, por exemplo, às comunidades virtuais de prática (Rocha, 2013) não é evidente nem expressivo na Rede o reconhecimento de um sentido e sentimento de compromisso mútuo e coletivo.

Decorrente destes aspetos, o indivíduo liga-se à Rede de aprendizagem a fim de se associar com outros com os mesmos interesses. Esse objetivo é fundamentalmente individual já que o membro se procura conectar com outros por interesse e, acima de tudo, com os que sabem do assunto a fim de beneficiar em prol do seu próprio enriquecimento.

No entanto e pese embora estas características não podemos ignorar que na Rede se encontra a partilha de conhecimentos e informação. Ainda que as Redes, em si mesmas, não sejam inteligentes, a aludida partilha é facilitada pelo agrupamento, ligação e interação dentro e entre diferentes Redes.

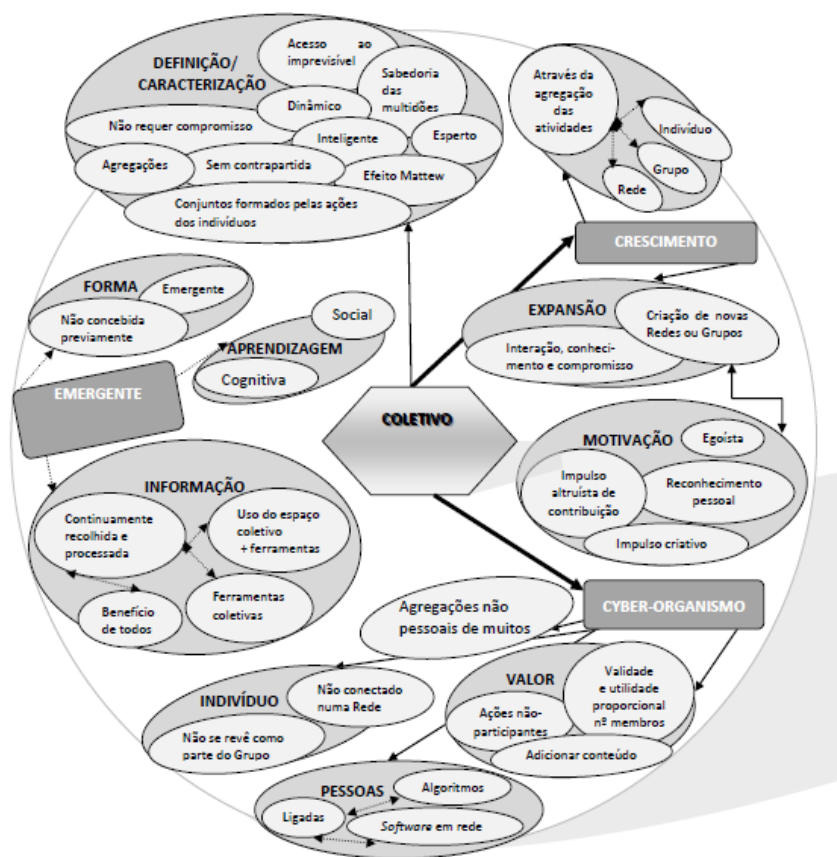
Se detivermos o nosso olhar sobre as ferramentas da Web 2.0, será fácil entendermos que a facilitada busca dos interesses de cada indivíduo por um determinado assunto facilita o reconhecimento de uma ou mais redes em que cada um poderá juntar a sua voz e ideias individuais a outros, de forma a construir espaços coletivos com maior expressão, o que poderá explicar, em parte, a diversidade de ferramentas – síncronas e assíncronas – encontradas numa Rede, nomeadamente o *blog*, o *wiki* e ferramentas propiciadoras do contacto *face-to-face*.

Com maior expressão esse sentido coletivo não tanto de partilha e (des)construção do conhecimento mas de mudança de determinado contexto ou realidade que prolifera nas Redes poderá ser encontrado na outra granularidade definida pelos autores – o Coletivo - e que nos propomos analisar na secção seguinte.

3.3. O Coletivo

Concluimos a abordagem da Taxonomia dos Muitos (Anderson e Dron, 2007) pela análise detalhada da última granularidade – o Coletivo – também coadjuvada pela representação gráfica por nós elaborada (Figura 3).

FIGURA 3 - O Coletivo segundo Terry Anderson e Jon Dron



O Coletivo é, para Anderson e Dron (2007), um conjunto formado por indivíduos que não se revêm enquanto membros de Grupos nem estão conectados a Redes. Definido enquanto “agregação” (p. 18), a sua forma (tal como as Redes propostas por estes autores) é emergente, não pré-definida. Explicitam os autores que o Coletivo é um “cyber-organismo” (p. 18), tomando como exemplo os resultados do Google e a formação de

nuvens de *tags* (em função da agregação de interesses dos utilizadores). Enquanto forma dinâmica, o Coletivo não exige um compromisso com o “Muitos” - *More* (terminologia adotada por Anderson e Dron para se referir às formas coletivas de organização virtual) e cresce “alimenta-se” através da agregação das atividades do indivíduo, do Grupo e da Rede.

Tentando perceber o que realmente é esta “granularidade” (Anderson e Dron, 2007, p. 16), entendemo-la enquanto a forma maior de organização do mundo virtual, sempre que o indivíduo procede a pesquisas em motores de busca, utiliza *software* social (como, por exemplo, o *Google*) ou realiza uma compra no Amazon. Na nossa opinião, tal distinção é necessária pois esta forma ou estrutura não se enquadra nos padrões menos abrangentes dos Grupos e das Redes, anteriormente analisados. E, nas palavras dos autores, “através do uso do espaço coletivo e ferramentas, a informação é continuamente recolhida e processada para o benefício de todos os indivíduos usando as ferramentas coletivas” (Anderson e Dron, p. 18).

Apresentando vantagens face ao indivíduo, o comportamento agregado pode ser mais preciso, completo ou adequado (Surowiecki, 2004) - estamos aqui perante o fenómeno da sabedoria das multidões. Na verdade, Surowiecki (2004) defende que os grupos agregam informação, consequente das suas decisões, e que resulta num produto final melhor que aquela que poderia ser tomada individualmente. Como características grupais, defende o autor existirem vantagens nas decisões descentralizadas, nomeadamente o conhecimento, a coordenação e a cooperação. Elenca ainda quatro critérios-chave para que um agrupamento – uma multidão – seja “sábia” nas suas resoluções: (a) a diversidade de opiniões; (b) a independência (na tomada de decisão e opinião de cada indivíduo); (c) a descentralização e a (d) agregação.

A propósito destes dois últimos critérios-chave afirma Surowiecki

Diversity and independence are important because the best collective decisions are the product of disagreement and contest, not consensus or compromise. An intelligent group, especially when

confronted with cognition problems, does not ask its members to modify their positions in order to let the group reach a decision everyone can be happy with. Instead, it figures out how to use mechanisms-like market prices, or intelligent voting systems to aggregate and produce collective judgments that represent not what anyone person in the group thinks but rather, in some sense, what they all think (2004, p. XIX).

Importa reter a nossa atenção e proceder a uma reflexão. Considerados os critérios-chave acima referidos, julgamos que os mesmos não deveriam apenas estar presentes nos Coletivos (conforme identificados por Anderson e Dron, 2007). Consideramos antes que as Redes e mesmo os Grupos beneficiariam e muito se permitissem que cada membro se expressasse livremente, em prol de uma forma organizativa que é de todos. Ainda que consideremos ser possível encontrar estes princípios nas Redes, ficamos com alguma dúvida se o mesmo ocorre nos Grupos. Dada a hierarquia patente com a subjacente presença do líder, parece-nos coibir e até mesmo intimidar a opinião livre e espontânea dos seus membros.

Importa salientar que quando analisada a Rede (considerada pelos autores estudados como uma estrutura em que o indivíduo acolhe a informação selecionada), não encontramos muitas referências quanto à sua organização, no que concerne à partilha e discussão do seu futuro (à exceção da proliferação de conexões).

Daí decorre que, na nossa opinião, a partilha, discussão e condução do futuro das duas formas organizativas – Grupo e Rede - ou está ausente da descrição teórica por nós analisada ou não está prevista, o que, na nossa opinião, constitui uma fragilidade, porquanto acreditamos nos seus benefícios. Da nossa análise das comunidades, e em particular, das comunidades de prática (Rocha, 2013), identificámos formas de evolução, já que a teoria prevê uma permanente redefinição do domínio, partilhado por todos os membros que a ela pertencem.

Retomando a análise do Coletivo, defendem Anderson e Dron (2007) que o mesmo pode ser “vítima” do Efeito Matthew, dando como exemplo os

sites que surgem na primeira página de uma busca no motor Google. Esclarecem os autores que os mesmos (*sites*) permanecerão na primeira página devido a um “ciclo de feedback positivo” (Anderson e Dron, p. 18).

Fornecendo colaboração gratuita, o Coletivo beneficiará grande e largamente do crescente número de membros, já que “quanto mais membros um coletivo tem, maior a sua validade e utilidade” (Anderson e Dron, 2007, p. 19).

Porém, e para que o Coletivo possa ter e reunir cada vez maior valor, será necessário, por parte dos membros, a agregação de conteúdo – desde a compra de livros na Amazon que propicia a hiperligação de uma página a outra; a marcação ou classificação de um determinado *site* ou a adição de conteúdo a um wiki ou criação de uma hiperligação numa página *web*. Do exposto se infere que o Coletivo se valoriza, não apenas pela ação não participante mas também pela ação de agregação de conteúdo (por parte de, pelo menos, alguns membros).

Quanto à motivação dos indivíduos para pertencerem a um Coletivo, a mesma pode ser egoísta, reconhecimento pessoal, impulso criativo e um sentido altruísta de contribuição. Importante realçar que através da interação, conhecimento e compromisso com o outro, os membros “de elite” do Coletivo adicionam valor a si mesmos permitindo-lhes, assim, criar novas Redes e/ou Grupos bem como comunidades. Como tal, o Coletivo (defendem Anderson e Dron, 2007) serve enquanto porta de entrada visível para outras formas organizativas.

Concluída a análise das diferentes estruturas que, em nossa opinião, coexistem na Internet concordamos com Anderson e Dron. Assim, e sendo certo que Wenger e Trayner procederam à comparação – Equipas e Redes - em função das comunidades, o modelo de Downes limitado a Grupos e Redes confina toda a diversidade de formas organizativas atualmente existentes. Na verdade, a “Taxonomia dos Muitos” (Anderson, 2008a; 2008b) é, na nossa opinião, o modelo mais aproximado e adequado face à diversidade existente.

Não isenta de críticas, a taxonomia acima referenciada – com o indivíduo, Grupo, Rede e Coletivo – recebeu diferentes críticas, mas é defendida por Anderson, já que acredita ser válida e necessária “However I think our ‘Taxonomy of the Many’ classification system has value and defend it and classification systems in general” (Anderson, 2008a, para. 7).

De entre as várias controvérsias destacamos, como exemplo, o post *Collective Intelligence? Nah. Connective Intelligence*, de George Siemens (2008c), em que é manifestado o “desconforto com o termo coletivo” (para. 1). Face a esse facto, e enquanto resposta, considera Anderson (2008b) ser pertinente esclarecer a razão de cada uma das agregações a fim de facilitar o desenvolvimento de diferentes atividades de aprendizagem e que passamos a relatar, dada a relevância por nós considerada.

Assim:

- 1) Aprendizagem individual – a maioria da aprendizagem de cada indivíduo sempre que lê, ouve e vê, sem qualquer intuito ou expectativa de interação humana nem de se ligar em rede;
- 2) Grupos – agregação perfeitamente formada e tipicamente relacionada com equipas de trabalho e aulas (quer as mesmas sejam *face-to-face* ou *online*) dirigidas e que se revestem de um foco e, muitas vezes, de um nível colaborativo privado;
- 3) Redes – interações livres e fluidas, com fraca administração “*loosely governed*” (Anderson, 2008b, para. 8), em que os membros revelam laços fracos, de carácter transitório, ainda que evidenciando proximidade;
- 4) Coletivos – agregações não pessoais de muitos e que permitem “to compare ourselves to the Many” (Anderson, para. 9), tomar decisões coletivamente, questionar o Coletivo, votar e visualizar as opiniões e ideias e encontrar Redes, Grupos e indivíduos a fim de ajudar cada um a entender e controlar o mundo coletivo.

Evidenciando, de forma explícita, que estas formas não são completamente exclusivas, sendo que, por exemplo, o Wiki utiliza-se tanto

no Grupo como na Rede, defende no entanto Anderson (2008b) que este aspeto não se revela prejudicial (conforme acusação de Siemens) mas antes acrescenta valor. A escolha deverá estar subjacente ao objetivo de cada indivíduo em cada momento “if I want a “connection” then groups or networks (likely both) are my best choices.” (para. 11).

Para concluir esta seção resta-nos evidenciar a nossa total concordância com o autor. Sendo certo que as quatro estruturas (agregações) são passíveis de localizadas na Rede Global, caberá a cada indivíduo, em cada momento, optar pela que considere mais adequada à finalidade a que se propõe. De destacar a hipótese, deixada por Anderson (2008b), da coexistência, ao que nós acrescentamos zonas de sobreposição numa qualquer estrutura já que, é nosso entendimento, será mais difícil encontrar formas organizativas em “estado puro” mas antes agregações cujas características se identificam como retiradas da definição de duas ou mesmo três estruturas.

4. A “TAXONOMIA DOS MUITOS” E A APRENDIZAGEM

Após análise individualizada de cada uma das granularidades da Taxonomia dos Muitos defendida pelos autores e na senda das nossas últimas reflexões, importa um olhar particular sobre a sua relevância para a aprendizagem.

Importa ainda perceber e refletir acerca das potencialidades e adequação de cada uma das formas a situações específicas e particulares de aprendizagem, em que a mesma pode ocorrer quer de forma formal mas também informal.

Concordamos com Anderson (2007) quanto à participação, por parte de cada indivíduo, em Grupos, Redes e Coletivos; sendo certo que podemos estar envolvidos em Grupos – tanto no contexto educacional como no organizacional (por imperativos profissionais) -, cada indivíduo busca na Rede a resposta à sua dúvida e até à necessidade de saber mais e a que o Grupo não dá resposta. Também estaremos sempre envolvidos em

Coletivos a partir do momento em que fazamos, por exemplo, uma compra na Amazon. Porém, permanece em nós a dúvida quanto à existência em cada uma das três granularidades da educação formal, já que a figura do professor – por exemplo – está ausente maioritariamente.

Concentrando-se o autor no contexto da educação formal e na (não) adequação das ferramentas 2.0 a cada uma das três granularidades, defende que as mesmas poderão não estar – ainda - adequadas às fronteiras demasiadamente definidas e “cerradas” do Grupo, no que concerne ao controlo do professor, espaço e tempo. Como tal, novo desafio se impõe no que respeita às ferramentas informais de *software* social para que a utilização pelos Grupos formais possibilite colmatar estes potenciais constrangimentos.

Argumenta Anderson (2007) que em todas as formas de aprendizagem será necessária a existência de 3 fatores “key ingredients” (slide 10) – o conteúdo, o aprendiz e o professor. Sem analisar o esclarecimento posterior do citado autor, permitimo-nos refletir e até discordar na medida em que nos parece não estar aqui prevista nem ressalvada a aprendizagem informal que ocorre de forma espontânea, por exemplo, em redes e comunidades de prática e em comunidades virtuais de prática. O cenário apresentado pelo autor aplicar-se-á à aprendizagem formal em que a existência dos três elementos é relevante e que, portanto, remete a uma aprendizagem formal.

Na senda do por nós defendido continua, porém, o autor a argumentar e esclarecer que a aludida existência dos três elementos não se podendo encontrar nas Redes nem nos Coletivos estará patente nos Grupos, assumindo o Grupo enquanto ator educacional. Entendemos o pensar do autor se assumindo o Grupo em contexto educacional o qual remete muito para a metáfora de uma turma; porém, questionamo-nos quanto à sua aplicação em, por exemplo, Grupos em contexto empresarial. Não se nos afigura num Grupo - criado numa determinada empresa ou numa instituição governamental para a consecução de uma determinada tarefa - a existência de um professor mas antes de um coordenador.

Também e fazendo referência à Taxonomia dos Muitos – anteriormente por nós referida – o autor apresenta como metáfora para a Rede a Comunidade Virtual de Prática. Também aqui permitimo-nos discordar do autor quanto à aludida metáfora. Sendo certo que as Redes são constituídas por membros que partilham um interesse e/ou uma prática, cada uma destas estruturas apresentam características diferenciadas que fazem de cada uma, uma forma de organização particular. Numa investigação por nós realizada (Rocha, 2013) tivemos oportunidade de observar e investigar Redes e Comunidades Virtuais de Prática e que nos propiciaram isolar traços distintivos. Destacamos, entre outros, a cumplicidade e o comprometimento mútuo que a dinâmica de uma Comunidade Virtual de Prática propicia ao invés da atitude “egoísta” dos membros das Redes. Na verdade, enquanto o membro da Comunidade Virtual de Prática assume como sua a dúvida partilhada pelo outro, o membro da Rede – em concordância com o autor agora analisado – vai à Rede para buscar resposta à sua dúvida, sem um grau de envolvimento tão grande que lhe permita discutir e considerar como sua a dúvida e problema do seu par.

Assim, parece-nos consensual a existência destas granularidades e a ocorrência de aprendizagem em cada uma. Porém, mais do que a aprendizagem formal – patente nos Grupos em contexto educacional – a aprendizagem informal assume especial relevância tanto nas estruturas pertencentes à Taxonomia dos Muitos como das Comunidades Virtuais de Prática.

5. CONCLUSÕES

Cada vez mais o indivíduo começa a tomar consciência da necessidade imperativa da sua atualização e de uma aprendizagem ao longo da vida sob pena de ficar desatualizado – tanto a nível profissional como pessoal.

A aprendizagem social, com o incremento da Rede global consubstanciada nas ferramentas 2.0, emergiu como forma de poder afirmar-se enquanto resposta a esta consciencialização do indivíduo.

Sendo certo que cada um poderá, de forma individualizada, buscar e aprofundar o seu conhecimento isolado, é evidente que novas formas de organização irromperam, sendo evidentes as vantagens de uma discussão coletiva. Assim, pertencendo cada indivíduo a várias estruturas, Anderson e Dron vieram apresentar uma Taxonomia dos Muitos com três granularidades que nos propusemos analisar, face às suas características distintas.

Não considerando que estas são as únicas estruturas e um pouco à margem do defendido por Anderson parece-nos que a Comunidade Virtual de Prática se constituiu como outra forma dada as suas particularidades e diferenças face às granularidades agora referidas.

Podemos, no entanto, enfatizar a relevância da clarificação estrutural feita por estes autores, tendo em conta que estas granularidades, estando disponíveis na Rede global, permitirão uma (des)construção do conhecimento com evidentes vantagens para os contextos educacionais, profissional e social.

REFERÊNCIAS

- Aghaei, S.; Nematbakhsh, M.; Farsani, H. (2012). *Evolution of the World Wide Web: from Web 1.0 to Web 4.0*. Consultado em 22 de novembro de 2012. <http://airccse.org/journal/ijwest/papers/3112ijwest01.pdf>
- Anderson, T. (2007). Effective Educational Social Software: Getting the Correct Granularity. 6th European Conference on e-Learning. Consultado em 17 de abril de 2014. <http://www.slideshare.net/terrya/ecel-copenhagen-2007-terry-anderson>
- Anderson, T. (2008a, 28 de fevereiro). *More Collective Connections*. (Mensagem de blog). Consultado em 27 de março de 2013. <http://terrya.edublogs.org/2008/02/28/more-collective-connections/#more-85>
- Anderson, T. (2008b). *Collectivism and Connectivism*. (Mensagem de blog). Consultado em 21 de março de 2013. <http://terrya.edublogs.org/2008/02/26/collectivism-and-connectivism/>
- Anderson, T. & Dron, J. (2007). Groups, Networks and Collectives in Social Software for E-learning. *ECEL, 2007: 6th European Conference on E-learning Copenhagen Business School* (p. 15). Consultado em 19 de março de 2013. <http://books.google.pt/books?id=spo9X16qn30C&pg=PA15&dq=Groups,+Networks+and+Collectives%2Banderson&hl=pt-PT&sa=X&ei=swZFUCuHAFMfb7Aa9z4AI#v=onepage&q&f=false>
- Boulos, M. & Wheelert, S. (2007). *The emerging Web 2.0 social software: an enabling suite of sociable technologies in health and health care education*. Faculty of Health and Social Work and Faculty of Education, University of Plymouth. Plymouth. UK. Consultado em 13 de Outubro de 2011. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1471-1842.2007.00701.x/full>
- Castells, M. (2000). El Nuevo papel del ciudadano ante la revolución de Internet. *Ciberlegenda* Número 3, 2000. Consultado em 25 de maio de 2013. <http://www.uff.br/mestcii/castells.htm>
- Castells, M. (2004). *A Galáxia Internet*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian
- Castells, M. (2007a). *A Sociedade em Rede*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian
- Castells, M. (2011). A Network Theory of Power. *International Journal of Communication* 5 (2011), pp. 773-787. Consultado em 30 de maio de 2013. <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/viewfile/1136/553>
- Downes, S. (2005a, 24 de fevereiro). *Community Blogging*. (Mensagem de blog). Consultado em 24 de fevereiro de 2013. <http://www.downes.ca/post/14>
- Downes, S. (2006). *Learning Networks and Connective Knowledge*. Consultado em 11 de Janeiro de 2012.

- http://www.ingedewaard.net/papers/connectivism/2006_Downes_learningNetworks_and_ConnectiveKnowledge.pdf
- Downes, S. (2007). *Groups vs Networks: The Class Struggle Continues*. Consultado em 06 de Janeiro de 2012. <http://www.downes.ca/presentation/53>
- Giddens, A. (2005). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras. Celta Editora.
- Hayes, G. (2007). *The changing IntraWeb – From 1.0 to 3.0*. Consultado em 12 de maio de 2013. <http://krochmal.tumblr.com/post/2525809/the-changing-intraWeb-from-1-0-to-3-0-from-gary>
- Lévy, P. (1994). *A Inteligência Colectiva – Para uma antropologia do Ciberespaço*. Lisboa. Instituto Piaget.
- Miranda, J. (2005). *Do Mundo das Redes ao Mundo na Rede*. Em *Rumos da Sociedade da Comunicação*. (Miranda, J.; Simões, G. ; org.) Lisboa. Nova Vega.
- O'Reilly, T. & Battelle, J. (2009). *Web Squared: Web 2.0 Five Years On*. Web 2.0 Summit. Consultado em 13 de Outubro de 2011. <http://www.web2summit.com/web2009/public/schedule/detail/10194>
- Rocha, M. (2013). *Comunidades Virtuais de Prática: contextos educacional, profissional e sociedade civil*. Tese de Doutoramento. Lisboa. Universidade Aberta
- Siemens, G. (2004). *Connectivism: A Learning Theory for the Digital Age*. elearnspace. Consultado em 27 de março de 2013. <http://www.elearnspace.org/Articles/connectivism.htm>
- Siemens, G. (2008c, 18 de fevereiro). *Collective Intelligence? Nah. Connective Intelligence*. (Mensagem de blog). Consultado em 19 de março de 2013. <http://www.elearnspace.org/blog/2008/02/18/collective-intelligence-nah-connective-intelligence/>
- Surowiecki, J. (2004). *The Wisdom of Crowds*. Lisboa. Lua de Papel
- Wenger, E. & Trayner, B. (2011a, 28 de dezembro). *How is a community of practice different from an informal network in regard to social learning?* In Wenger-Trainer blog. (Mensagem de blog). Consultado em 19 de março de 2013. <http://wenger-trayner.com/resources/communities-versus-networks/>

Groups, Networks and Collective: A contribution to understand the theory of Anderson and Dron.

Abstract:

In this article we discuss the Taxonomy of Many advocated by Anderson and Dron. Once Groups, Networks, Collective, Virtual Learning Communities and Virtual Communities of Practice are filling the Internet, we think that is relevant reflecting on the proposals presented by several authors to characterize these new organizational structures. Among the different authors we isolated Terry Anderson and Jon Dron that seem to present - in his Taxonomy of Many - a more complete characterization of the now existing online granularities. We seek, therefore, present and discuss these granularities as new forms of organization.

Keywords: Group; Network; Collective.

Texto:

- Submetido: setembro de 2014.
- Aprovado: novembro de 2014.

Para citar este artigo:

Rocha, A., & Pereira, A. (2014). Grupos, Redes e Coletivos: Um contributo para entender a teoria de Anderson e Dron. *Educação, Formação & Tecnologias*, 7 (2), 39-52 [Online], disponível a partir de <http://eft.educom.pt>.

Notas biográficas das autoras

ⁱ **Antonieta Rocha** é Doutorada em Educação, especialidade Educação a Distância e eLearning pela Universidade Aberta e investigadora no Laboratório de Educação a Distância e eLearning. Professora por tempo indeterminado dos ensinos básico e secundário. Tem colaborado com a Universidade Aberta como tutora e monitora do Módulo de Ambientação Online.

ⁱⁱ **Alda Pereira** integra o Laboratório de Educação a Distância e eLearning, onde desenvolve investigação em educação a distância, e-learning 2.0 e avaliação digital. Foi docente da Universidade Aberta, onde desempenhou diversos cargos, tendo sido também coordenadora do Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia e do Programa de Doutoramento em Educação.